Da Guarda ao Sistema Educacional

  A criança não se desenvolve de forma linear: as vezes ocorrem avanços e retrocessos... A criança é um ser ativo, atento, brincante e cada criança é um ser único que constantemente cria hipóteses sobre o seu ambiente, por isso é preciso respeitar o seu tempo e suas necessidades. No entanto, há grandes diferenças na maneira de conceber o processo de desenvolvimento, a principal dela sendo a educação, o que leva a reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na formação do indivíduo. Sendo assim, a educação é condição necessária ao desenvolvimento natural deste, pois, ao salientar o ambiente em que a criança nasceu, considera-se que o aprendizado será formulado espontaneamente pela criança, de acordo com a etapa de desenvolvimento em que esta se encontra.

 De modo histórico, a origem da creche volta ao século XVIII, na Europa, com objetivo assistencial. Suas ações eram voltadas ao abrigo e à proteção de crianças desfavorecidas. Sendo no Brasil, por volta do século XIX a creche surgiu também com função assistencial, tendo como principal finalidade proporcionar cuidados como higiene, alimentação e proteção para crianças oriundas de famílias de baixa renda. Entretanto, nos dias atuais, uma parcela do senso comum atribui uma visão estereotipada da creche como local para deixar as crianças enquanto seus pais trabalham, isso deriva do desconhecimento das funções cuidar-educar que as creches assumem. Durante o processo de industrialização, e com a inserção da mulher no mercado de trabalho e a crescente urbanização, o atendimento em creche foi ampliado, não somente, para atender as mães operarias, mas também, para garantir a qualidade da mão de obra, visto que as demais instituições passaram a ser algo lucrativo para os proprietários, pois, quanto mais satisfeitas as mães operárias, melhor será a produção destas. A creche é uma instituição pública de assistência social que, abriga, alimenta e cuida das crianças, cujos pais são carentes e ou trabalham fora, principalmente às mães de contarem com apoio no cuidado e na educação dos filhos pequenos, onde nesse espaço eles também são acolhidos com muito amor, carinho e dedicação pelos seus profissionais.

 Além desses fatores e posições de cada membro da família, a produção do conhecimento, acerca das necessidades e potencialidades da criança, vem contribuindo para que, além das necessidades da família, em particular das mães, considera-se também as necessidades das crianças, pois, mesmo pequenas, elas são sujeitas de educação e cuidado em instituições, para tanto, sujeito histórico e de direitos que, nas interações constrói sua identidade pessoal.

 O movimento feminista nos anos 70 foi fundamental para o surgimento da creche como instituição, com a função de cuidar-educar as crianças. Ao tratarem da creche com uma concepção mais ampla de cidadania, como instituição representa um bem, um direito da criança e do trabalhador, uma conquista da sociedade civil organizada como alvo a promoção do desenvolvimento infantil, principalmente quanto às suas necessidades e competências educativas. Em consequência disso, ocorreu a maior procura por creches tanto pelas mães trabalham fora como pelas que não trabalhavam, pois elas tinham pouco recursos no seu espaço doméstico para garantir a sociabilidade da sua criança e seu desenvolvimento emocional, afetivo, intelectual, físico e social.

 Com esta conformidade, qual seja de cuidar-educar, a creche já não é mais caracterizada como um local de guarda para o filho enquanto a mãe trabalha. As crianças que costumam frequentar as creches estão em constante processo de desenvolvimento, sem qualquer distinção, compartilham experiências em ambientes que precisam ser adaptados com a supervisão e cuidado de profissionais habilitados a proporcionar-lhes vivências diversas que favoreçam o seu pleno desenvolvimento. A creche, é uma instituição educacional e não uma “agencia de guarda e assistência”. Em decorrência, não basta apenas ter direito, novos marcos legais foram criados e consagram o direito à creche: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). A vista disso, as creches e pré-escolas são incluídas na política educacional, sendo não mais com função assistencialista, mas sim uma proposta pedagógica com o apoio da ação familiar, passando a ser um dever do Estado e direito da criança, e deverá ser integrada ao sistema de ensino, tanto para creches como para escolas, é um dever do Estado e direito da criança. Essas conquistas permanecem até os dias atuais, e apesar de grandes déficits, sem dúvida, as crianças pequenas são compreendidas como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural, em pleno século XXI, e a luta para um espaço com condições adequadas para que as crianças pequenas convivam de forma democrática com outras crianças pequenas segue em pé.

 Posto isto, sobre o que diz Jean Piaget, que considera as necessidades básicas da criança, é necessário respeitar a criança como um ser humano que tem de se desenvolver para ser um sujeito de direito e de cidadania. A família tem um papel fundamental nesse processo, e nós escolas contamos sempre com essa parceria para que tudo flua e aconteça da melhor forma para as nossas crianças.

1-Indajaia Carlos Pires :Graduado em História; Professor na Rede Particular de Ensino na cidade de Campo Grande.

2-JANE GOMES CASTRO, Graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia pela UFMT-Universidade    Federal de Mato Grosso e especialista em Ecoturismo e Educação    Ambiental pela UFLA.

3-ADRIANA PERES DE BARROS, Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista-UNIP, Especialista    em: Educação Infantil e Alfabetização, pela AVEC- Associação    várzea-grandense e Ensino e Cultura e Psicopedagoga pela FIC –    Faculdade Integrada de Cuiabá e Auxiliar de Higienização rede de    ensino pública Municipal de Rondonópolis.